

Masculinidades, Terrorismo de Estado e a lógica do butim de guerra

Emerson Flores Gracia (Mestrando UFRGS)

Resumo

Através de uma discussão teórica e bibliográfica, o presente artigo discute as masculinidades policiais e militares em contexto de Terrorismo de Estado, especialmente nas Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Analiso a lógica do butim de guerra adotada pelas forças de segurança do Estado para lidar com os/as militantes de esquerda, emulando um estado de guerra. Dentro de tal análise, busco explicitar como essa lógica é particularmente cruel em relação às mulheres devido aos próprios traços de masculinidade dos policiais e militares.

Palavras-chaves: Masculinidades; Terrorismo de Estado; Butim de guerra.

Abstract

Through a theoretical and bibliographical discussion, this article discusses the police and military masculinities in the context of State Terrorism, especially in the National Security Dictatorships in the Southern Cone. I analyze the logic of the war buoys adopted by the State security forces To deal with leftist militants, emulating a state of war. Within this analysis, I try to make explicit how this logic is particularly cruel to women because of the very traits of manliness of the police and the military.

Keywords: Masculinities; State Terrorism; Loot of war.

Introdução

O presente artigo discute a questão das masculinidades militares e policiais em contextos de Terrorismo de Estado, marcadamente nas Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, focando na lógica do butim de guerra, suas premissas,

práticas e consequências. É importante compreender como o discurso militar do conflito armado borra as linhas do socialmente permitido/proibido naturalizando uma ampla gama de violências físicas, simbólicas e psicológicas sob o pretexto de uma “situação de exceção”, uma luta contra um “mal maior”. Analiso a forma como os discursos militares e policiais, no contexto das ditaduras de segurança nacional na América Latina, embasam e legitimam, para os perpetradores, as violências contra prisioneiros e prisioneiras, inclusive na ausência de conflito bélico.

Para tanto, faz-se necessário a discussão teórica sobre gênero, hierarquia de gênero, masculinidades hegemônicas e subordinadas, masculinidades militares e policiais, Doutrina de Segurança Nacional (DSN), Terrorismo de Estado (TDE) e a lógica militar do butim de guerra, bem como a forma pela qual esses elementos se articularam no processo de repressão levado a cabo pelas ditaduras civis-militares no Cone Sul, através de análise bibliográfica do assunto.

As Ditaduras de Segurança Nacional (SN) levadas à cabo entre as décadas de 1960 e 1980 no Cone Sul foram regimes que institucionalizaram o terror, a tortura, o assassinato e o desaparecimento e outras formas de repressão política visando suprimir a grande mobilização social presente nesse período, assim como buscando impôr um novo padrão de acumulação do capital, sob as bandeiras de um anticomunismo militante e da Segurança Nacional frente a “agressões” ideológicas externas e internas. A figura do inimigo interno foi extremamente importante para a justificção ideológica da montagem e aplicação do aparelho repressivo em todos os países onde tais ditaduras foram implementadas (PADRÓS, 2007). No Brasil, a ditadura se estendeu de 1964 a 1985, no Uruguai de 1973 a 1985, no Chile de 1973 a 1990 e na Argentina de 1976 a 1983.

Gênero e masculinidades policiais e militares

Será feita uma breve discussão sobre gênero, definindo o conceito de masculinidades, para então analisar-se as masculinidades policiais e militares. Segundo Scott,

O núcleo essencial da definição [do conceito de gênero] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86.)

Assim definido, gênero não é apenas utilizado como base para o funcionamento das relações sociais como também serve de metáfora e medida para as relações de poder nos mais diversos níveis. Gênero é uma categoria relacional por excelência e essas relações se dão entre masculino e feminino, mas também dentro dessas categorias, formando uma trama de hierarquias complexas. Nesse sentido, utilizo o conceito de gênero buscando explicar as hierarquias sociais calcadas na diferença sexual percebida (e também criada a partir dessa percepção) e também para melhor desenvolver as explicações acerca das relações desiguais de poder geradas a partir dessa diferenciação socialmente construída. Os papéis de gênero são introjetados pela experiência de vida dos indivíduos naturalizando situações histórica e socialmente constituídas. De acordo com Colling (2004), são as sociedades e as civilizações que irão dar significados às diferenças, por isso, não há verdade na diferença entre os sexos, mas sim um esforço pra dar sentido, interpretar e cultivar essas diferenças. (COLLING, 2004. p. 17).

Essa significação da diferença é feita sobre a ótica da hierarquia, das qualificações e desqualificações. Ordem ou Hierarquia de Gênero afirma Sanseviero (2012), é um sistema de sinais binários e excludentes que tem por finalidade social dar indicações para as pessoas do que é ser legitimamente mulher ou homem. Estas indicações se originam na diferenciação sexual construída na corporeidade. A ordem de gêneros é o fundamento de um sistema de hierarquias, de qualificações e de desqualificações de pessoas (SANSEVIERO, 2012. p.54)

Sobre masculinidade e poder Vale de Almeida afirma que

A relação entre feminino e masculino não é, na avaliação moral, como as duas faces de uma moeda, mas sim assimétrica, desigual. Trata-se de uma forma de ascendência social que se reproduz, pois, na base de um processo de naturalização. O corpo é o lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia. E o processo de incorporação dos significados do gênero resulta como um consenso vivido (na expressão de Bourdieu) em virtude da sua aprendizagem ser permanente, não focada, não verbal e não reflectida. (VALE DE ALMEIDA, 1996, p.164).

Feminilidade e masculinidade são, portanto, fruto de uma aprendizagem permanente. É importante ressaltar que assimetrias de poder não se dão apenas na subordinação histórica do feminino ao masculino: existem muitas gradações hierárquicas entre modelos de masculinidade. Nesse sentido, entendo masculinidade e feminilidade assim como Vale de Almeida

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção. (VALE DE ALMEIDA, 1996, p.162)

Pode-se pensar então, que as mulheres que militaram em organizações de esquerda assumiram atributos tipicamente tidos como masculinos durante a luta contra as ditaduras de SN? Sua luta, além de subverter a ordem de gêneros, teria ajudado a subverter também as próprias noções de feminilidade? Voltarei a essa questão posteriormente.

O conceito de masculinidade hegemônica é muito caro aos estudos de masculinidade, pois lida com a questão do modelo masculino patriarcal dominante e sua relação com outras masculinidades subordinadas, bem como com as diferentes feminilidades. Vale de Almeida define patriarcado como “uma ordem de género específica na qual a masculinidade hegemónica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas”. (VALE DE ALMEIDA, 1996, p.164). A antropologia utiliza o termo “viriarcado”, proposto por Welzer-Langer (2004), segundo o qual “O ‘viriarcado’ é o poder dos homens (vir), sejam eles pais ou não, sejam as sociedades patrilineares ou matrilineares. O termo patriarcado utilizado pelos movimentos sociais é, em geral, incorreto do ponto de vista antropológico”

(WELZER-LANG, 2004). Ainda sobre o conceito de masculinidade hegemônica, Vale de Almeida o define como

um consenso vivido. As masculinidades subordinadas não são versões excluídas, existem na medida em que estão contidas na hegemonia, são como que efeitos perversos desta, já lá estão potencialmente [...] A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial. (VALE DE ALMEIDA, 1996, pp. 162-163).

Robert Connel foi o primeiro pesquisador a dar visibilidade para este conceito ainda na década de 1980, e em 2005, escreveu um artigo juntamente com James Messerschmidt, revisando o mesmo à luz das críticas acumuladas ao longo dos anos. Para os autores, as seguintes características do conceito devem ser mantidas:

The fundamental feature of the concept remains the combination of the plurality of masculinities and the hierarchy of masculinities. [...] The concept of hegemonic masculinity presumes the subordination of nonhegemonic masculinities, and this is a process that has now been documented in many settings, internationally. Also well supported is the idea that the hierarchy of masculinities is a pattern of hegemony, not a pattern of simple domination based on force. Cultural consent, discursive centrality, institutionalization, and the marginalization or delegitimation of alternatives are widely documented features of socially dominant masculinities.¹ (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p.846)

Além disso, os autores defendem a ideia de que as masculinidades hegemônicas podem se modificar ao incorporar características das masculinidades subordinadas, participando de um processo dialético de influência recíproca. (CONNELL;

¹A característica fundamental do conceito permanece sendo a combinação da pluralidade de masculinidades e a hierarquia de masculinidades [...] O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação das masculinidades não-hegemônicas, e esse é um processo que fora documentado em muitos setores, internacionalmente. Também com bastante apoio, a ideia de hierarquia de masculinidades é um padrão de hegemonia, não um simples padrão de dominação pela força. Consenso cultural, centralidade discursiva, institucionalização e marginalização ou deslegitimação de alternativas são características amplamente documentados de masculinidades socialmente dominantes. (Tradução livre).

MESSERSCHMIDT, 200, p. 847). Porém, há um constante trabalho social de vigilância e repressão de comportamentos considerados não-masculinos ou talvez pouco masculinos visando o enquadramento dos meninos e homens dentro da norma da masculinidade hegemônica. Mendes (2002), em sua dissertação de mestrado, faz um estudo sobre as masculinidades de oficiais fora da ativa das Forças Armadas. Nesse estudo, a autora trata sobre a questão do enquadramento dos meninos e homens dentro das regras da masculinidade. Segundo a autora

é imposto ao menino, desde muito cedo, um comportamento “viril” e, caso ele fuja às regras, será rapidamente reconduzido ao seu caminho por força das coações sociais que lhe são impostas. Se o menino optar por algumas das “coisas proibidas”, sua masculinidade será colocada em xeque. Nesta perspectiva, um importante aprendizado corporal da masculinidade pelos garotos está também relacionado a sua socialização na escola, em seus grupos de pares, assim como nas relações adulto/criança. (MENDES, 2002, p. 81).

Esse processo de socialização tem muitas facetas e níveis de atuação, mas sem dúvida estão constantemente presentes. Um dos elementos mais constantes são as “piadas” e “brincadeiras”, geralmente de caráter homofóbico ou misógino, que aparecem com frequência na convivência entre meninos e homens. Sobre essa questão, Mendes (2002), aponta que

Essas piadas e brincadeiras entre os homens são, efetivamente, uma maneira de lembrá-los de que sua masculinidade é frágil e que precisa estar sendo constantemente construída e reconstruída. Os homens devem estar atentos ao controle de seu corpo, no qual o fantasma da feminilidade é colocado em forma de brincadeira, sempre transformando a vítima em mulher simbólica. É a partir de piadinhas inocentes, quase corriqueiras em nosso dia-a-dia, que, acredito, cria-se no mundo masculino uma rede de vigilância em que os homens têm poder sobre outros, mas não sobre si próprios. Desse modo, a piada se constitui como um importante elemento de construção da masculinidade. (MENDES, 2002, p. 84).

Esta constante vigilância, baseada no medo da feminilidade, acaba por inferiorizar tudo aquilo associado à dita feminilidade, principalmente as mulheres. Criando-se a vítima como mulher simbólica, gera-se a base para que a sensibilidade dos futuros

homens em relação às mulheres seja minimizada, ou seja, um bloqueio da empatia, um conformismo e naturalização do posicionamento das mulheres como vítimas. E, também relega qualquer homem posto em uma posição de vítima a um status “feminino”.

É importante frisar, porém, que essa vigilância se manifesta por outros meios como a humilhação e a violência física direta. Os homens em geral vivem suas masculinidades dentro de uma lógica de recursos escassos, onde não há masculinidade suficiente para todos e, portanto, reduzir o outro em sua masculinidade é agregar maior valor à sua própria. Os autores Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo, analisam as histórias de vida e a atuação de policiais torturadores e assassinos que fizeram parte das polícias civil e militar em vários estados brasileiros, principalmente, mas não somente, no período ditatorial. Pela análise das histórias de vida percebe-se que as masculinidades seguem a lógica de competição por recursos escassos:

As interações sociais baseadas no poder, na competição e no possível conflito tem ganhadores e perdedores. Nelas, conseguir e ter respeito é essencial para demonstrar masculinidade “bem-sucedida”. O homem “de verdade” que quer respeito de outro homem deve eliminar quaisquer sentimentos que possam indicar fraqueza. [...] Em um sistema de gênero de competição por recursos escassos de masculinidade – seja por “respeito”, mulheres ou poder – os homens devem demonstrar permanentemente que possuem os atributos de masculinidade exigidos. Embora tal validação possa ser perseguida na presença de mulheres, dirige-se principalmente aos outros homens. (HUGGINS; FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, pp. 173-174).

Esse “jogo” de masculinidades é tão opressivo, que considera as mulheres apenas como recursos na busca de fortalecer as frágeis masculinidades. Existe uma necessidade de exclusão e subordinação das mulheres como forma de afirmação e reforço desta masculinidade. Porém, este jogo se dá entre homens, as mulheres são objetificadas e transformadas em um tipo de recurso.

Defendo que as masculinidades militares e policiais se encaixam na categoria de masculinidades hegemônicas, por serem uma referência do que é ser homem no mundo ocidental. Perrot (1998 apud COLLING, 2004. pp. 16-17) afirma que existem

3 bastiões de resistência à entrada da mulher no mundo do público e do poder: o militar, o religioso e o político. Diante dessa afirmação podemos entender que esses três âmbitos, apesar do crescente espaço aberto às mulheres, são vistos como eminentemente masculinos. Silva (2007) estuda como é a vida das mulheres militares e suas relações com seus colegas homens. A autora entende, através dos depoimentos, que as militares acabam assumindo atitudes, aparências e comportamentos tidos como masculinos, porque isso as aproxima mais da realidade militar. Sobre um determinado depoimento, de uma cadete que passa a ser considerada por seus colegas como bastante masculina, a autora coloca que

quando a cadete diz que passou a ser vista como homem por seus companheiros, ela acredita que isso a torna mais militar: “alcansei os objetivos comuns a todos”. Neste sentido, para ser vista mais como militar do que como mulher, é preciso apresentar um conjunto de elementos tidos como mais masculinos. Esses elementos são os próprios valores apreendidos na Academia, como os ideais de liderança e coragem, que sempre foram marcados, seja no mundo militar ou no civil, como valores “inatos” do homem. A instituição militar, portanto, é vista como um espaço masculino. (SILVA, 2007, p. 12).

As instituições militares estão calcadas em padrões tidos como masculinos, são formatadas e pensadas para homens e não para mulheres. A identidade de militar está intrinsecamente ligada a um tipo específico de masculinidade, mesmo que dentro dessas instituições muitas formas de masculinidade convivam. Segundo Mendes (2002), as instituições militares elaboram e constroem diversos modelos de masculinidades que se relacionam e identificam hierarquicamente. Várias masculinidades são produzidas em um mesmo contexto social, mas sempre há uma masculinidade hegemônica sustentada por outras ao seu redor (MENDES, 2002, p. 88).

As Forças Armadas são vistas, em geral como um local de formação da masculinidade, ou melhor, um lugar onde se “aprende a ser homem”. Segundo Mendes

É nessa instituição que os rapazes sofrem alguns dos rituais que os iniciam à masculinidade, afinal, para um soldado, a figura do

guerreiro está colada ao ideal hegemônico de masculinidade, no qual a honra e a coragem são atributos indispensáveis. (Ibidem, p. 89).

Nesse sentido, vários traços do militarismo e do ideal de vida militar compõem o ideal hegemônico de masculinidade ocidental. O gosto dos meninos por combates, armas, brincadeiras e filmes que envolvem guerra e violência são exemplos desses traços militaristas na formação das masculinidades desde muito cedo. Ainda citando Mendes

O Exército possui nas suas bases a premissa de “ensinar” a coragem, o respeito e a hierarquia. Ele objetiva o aperfeiçoamento daqueles que adentram sua instituição. Na rotina de um quartel, os militares são inseridos num processo civilizador no sentido de Norbert Elias (1994). Eles aprendem a “ser homem” e a ter controle sobre o próprio corpo como instrumento e expressão de dominação. É dessa forma que o militar aprende a ver o mundo e a viver num sistema a partir de regras e de uma noção de coletividade. A vida militar é construída em grupo, e num grupo organizado em que “todos” os movimentos são ditados por regras, onde a posição é mais importante que o indivíduo e no qual, mesmo após a aposentadoria, ele ainda está sujeito ao estatuto militar e às regras de disciplina. (Ibidem, pp. 94-95)

Através de um intenso disciplinamento, que acaba por transpor as paredes dos quartéis, tendo reflexos na sociedade como um todo, o ideal militar passa a ser um tipo de modelo para a população civil, principalmente a parte masculina. Apesar disso, a identidade do militar é construída em oposição ao civil, o paisano, aquele que teria comportamentos desleixados por não ter a disciplina militar. Esta diferenciação é feita, obviamente, em detrimento do ser civil enaltecendo uma suposta superioridade do ser militar. Mendes (2002) destaca sobre como os modelos de masculinidade militar foram criados sobre a ótica da guerra, da conquista, da vitória sobre o inimigo (sempre masculino) apontando que

Esses são, portanto, modelos de masculinidade orientados em direção à dominação e à violência. Todas as instituições militares, brasileiras ou estrangeiras, possuem padrões de masculinidades que foram orientados nesse sentido. Os uniformes do Exército americano, francês ou brasileiro são semelhantes, assim como as insígnias, que podem ser diferentes na

forma (estrelas, barras), mas se assemelham na revelação de distinção de poder e autoridade. Penso, seguindo orientação de Connell, que esses modelos são representantes globalizados de masculinidade, são padrões ocidentais. (Ibidem, p. 89).

As instituições policiais compartilham muito deste mesmo ideário militar (não apenas as polícias militares brasileiras, mas as civis também), ainda mais se, se considerar a subordinação das polícias durante a ditadura civil-militar brasileira, que causou um processo de intensa militarização dessas forças.

Oliveira (2010) em pesquisa junto a policiais militares do Rio de Janeiro, analisa o corpo em sua dimensão simbólica. Afirma o autor que, entre os PMs, é comum a associação entre corpo malhado e disposição. Quanto mais malhado e forte, mais disposição o possuidor desse demonstra ter para enfrentar a criminalidade. Nesse sentido, é comum a associação entre o corpo e um ideal de masculinidade comum à instituição policial (OLIVEIRA, 2010, pp. 101-117). Essa mesma construção simbólica sobre o corpo pode ser encontrada nas Forças Armadas, talvez com alguns significados diferentes. Para Oliveira

Nas Forças Armadas também encontramos uma lógica semelhante quando se trata de demonstrar disposição como artifício fundamental para reforçar a masculinidade. Aquele que consegue demonstrar mais disposição para aguentar os pesados exercícios físicos, a fome, as simulações de combate etc. são considerados “homens de verdade” entre os pares e naquele contexto, masculinidade se torna símbolo de prestígio. (Ibidem, p. 112).

Além da construção corporal, o ideário de violência é bastante similar entre as instituições e também deve ser considerado como elemento de constituição de um modelo de masculinidade hegemônica. Oliveira irá afirmar que a violência policial pode ser entendida através dos estilos de masculinidades comuns na polícia militar e que essa instituição reforça valores masculinos disponíveis na sociedade. Ainda segundo Oliveira

Não seriam os policiais um modelo de masculinidade hegemônica? A masculinidade fornece os pressupostos ideológicos com os quais os policiais organizam as suas ações. Quando pensamos em masculinidade,

estamos na verdade buscando compreender quanto e como e até que ponto a relação entre homens e mulheres está estruturada em práticas construídas socialmente, imputando uma “lógica masculina” e, por conseguinte, uma dominação masculina não apenas sobre as mulheres, mas sobre toda a construção simbólica que constitui as representações sociais e as ações coletivas. (Ibidem, p. 107).

Dito isso, é importante compreender como estas instituições conseguem difundir e reforçar esses padrões de masculinidades em seus membros. A intensa convivência com pares, sob estrita disciplina torna seus membros mais afeitos ao pensamento militar e policial. Mesmo os policiais, que convivem mais diretamente com a população civil, enxergam a sociedade sob as lentes da profissão policial. Goffman [2015 (1974)], escreve sobre o que ele chama de “Instituições Totais”, determinados espaços das sociedades modernas que aglutinam considerável número de indivíduos em uma rotina formalmente administrada. O autor as define da seguinte maneira:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. [Goffman, 2015, p.11 (1974)]

Mendes (2002) se utiliza dessa definição para defender a ideia de que as instituições militares podem ser enquadradas nesse conceito. Para tanto, a autora cita o seguinte trecho do livro de Goffman:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central destas instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três atividades da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e

toda a sequência de atividades é imposta por cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. [Goffman, 2015, pp.17-18 (1974)]

As Forças Armadas, assim como as policiais, podem ser consideradas instituições totais, sendo por isso, extremamente importantes para as definições de masculinidade de seus membros. Nesse sentido, a submissão dos seus membros a uma rotina fechada em si mesma, convivendo por longos períodos apenas com outros membros da mesma instituição foi um fator relevante no processo de facilitação da perpetração de violências contra os/as presos/as políticos/as durante o período ditatorial.

Segundo Avelar (2014) a lógica da ditadura civil-militar² brasileira, assim como das ditaduras de SN no Cone Sul tiveram um viés e um discurso bastante calcado no gênero, onde os valores masculinos presentes nas instituições militares e policiais foram instrumentalizados pela ideologia de Segurança Nacional para legitimar o novo regime. A ditadura civil-militar se ancorou em uma leitura masculina e fálica do mundo, onde imagens como desbravar, entrar e penetrar foram constantes, principalmente ao que se refere à Amazônia. (AVELAR, 2014, p. 49).

O autor também afirma que a masculinidade militar era ostensivamente homofóbica, mas também por definição homosocial, entendendo homosocial enquanto um espaço regido por mecanismos de socialização exclusivos para homens (Ibidem, p. 49).

Da mesma maneira que a identidade militar e policial se cria, em parte, dentro do âmbito das relações de gênero, a repressão também se estabelece nesse âmbito em grande medida. Para a autora Jelin (2002),

También el poder que se ejerce y ejercita en la represión directa se da en el marco de las relaciones de género. El modelo de género presente

² Utilizo a terminologia de Ditadura “civil-militar” por entender que o período da ditadura de SN brasileira, assim como das outras ditaduras de SN no Cone Sul não foram orquestradas apenas por militares, apesar de estes acabarem sendo a face mais visível do regime. Existiu uma ampla gama de apoio civil, tanto pensando em um consentimento ao governo, como financiamento e apoio direto à repressão por grupos civis simpatizantes da ditadura. Da mesma forma, políticos, juízes, empresários, etc., tiveram sua parcela de colaboração no sustento do regime.

identifica la masculinidad con la dominación y la agresividad, características exarcebadas en la identidad militar, y una feminilidad ambivalente, que combina la superioridad espiritual de las mujeres (inclusive las propias ideas de "Patria" y de "Nación" están feminizadas) con la sumisión y pasividad frente a los deseos y órdenes de los hombres. (JELIN, 2002, p. 101).

Neste sentido, pode-se afirmar que a repressão, a tortura e suas modalidades têm gênero, e o arcabouço de significações das hierarquias de gênero foi mobilizado durante as ditaduras de SN no Cone Sul, principalmente em relação à questão da tortura de caráter sexual, mas não apenas nestes casos.

Para entender um pouco melhor como foi possível a disseminação desses instrumentos repressivos é necessário compreender o Terrorismo de Estado (TDE) e suas consequências nas experiências latino americanas.

A Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado

As ditaduras civis-militares no Cone Sul foram fortemente influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), na qual basearam seu discurso e sua visão de mundo. Tal doutrina pregava uma divisão do mundo entre o bem e o mal, este último representado pelo comunismo internacional, que estaria infiltrado em todos os países do mundo. Ora, para combater um inimigo interno as regras do jogo devem ser outras. Apregoando a ideia de unidade nacional, de Nação enquanto algo homogêneo, constituído numa única vontade e num único projeto, uma comunidade de valores ocidentais, capitalistas e cristãos, a DSN identificou os inimigos internos como os defensores de ideologias estranhas aos interesses nacionais. Ao associar subversivo à comunista, na prática, o que aconteceu foi uma identificação de todo e qualquer opositor do regime militar ao comunismo. (WASSERMAN, 2004)

Dentre as práticas embasadas pela DSN, falarei apenas do Terrorismo de Estado (TDE), que dominou as práticas repressivas das Forças Armadas e Policiais nos períodos ditatoriais. Enrique Padrós define o TDE da seguinte maneira:

A política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. (PADRÓS, 2012, p. 43).

Esta política de terror foi estudada minuciosamente por Duhalde (1999) que reflete sobre a formação de uma estrutura estatal clandestina paralela à estrutura legal, estrutura essa que lida com a repressão ilegal:

Se configura el Estado Terrorista, partiendo de supuestos que se esgrimen como permanentes y que contradicen las bases fundamentales del Estado democrático-burgués. Se afirma en que el principio de sujeción a la ley, la publicidad de los actos y el control judicial de os mismos incapacitan definitivamente al Estado para la defensa de los intereses de la sociedad.

En consecuencia, aparece como sustrato de dicha concepción la necesidad de estructuración – casi con tanta fuerza como el Estado Público – del Estado Clandestino y como instrumento de éste, el terror como método. (DUHALDE, 1999, p.217).

Este Estado Clandestino é o responsável por grande parte da repressão – aquela que não pode ser exibida publicamente, os sequestros, as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos. O combate ao inimigo interno não tinha limites: se dava por quaisquer meios vistos como necessários, como em uma guerra total, só que contra a própria população. As Forças Armadas e Policiais latino-americanas trabalharam como forças de ocupação nos próprios territórios e se utilizaram do discurso militar para legitimar ações violentas contra sua própria população. Nesse processo a lógica do butim de guerra e as masculinidades militares e policiais foram mobilizadas e instrumentalizadas.

Butim de guerra

O discurso ditatorial construiu uma narrativa de guerra contra a subversão, guerra essa constantemente travada e, apesar de se estar vencendo-a, pode-se perdê-la a qualquer momento, bastando um pequeno deslize por parte dos “heroicos” agentes militares, policiais e também da população civil, para que a subversão vença a guerra. Tal discurso permitiu uma ampla gama de violências, como por exemplo, o saqueio das casas dos/as militantes, como um exército invasor que saqueia as cidades inimigas.

Ora, o que não se diz é que essa guerra é travada na clandestinidade, na tortura, no assassinato e no desaparecimento de presos e presas políticos/as indefesos/as. Também se oculta que não há guerra alguma, apenas a repressão a toda forma de dissidência política. Sob esta estratégia de butim de guerra está presente a dominação e humilhação do outro, na forma de violência sexual, principalmente contra as mulheres, pois esta é uma parte central do entrelaçamento das masculinidades militares e policiais que diz respeito à disponibilidade/propriedade do corpo das mulheres dos vencidos e o ataque aos homens inimigos através das suas mulheres.

Sanseviero (2012), discorre sobre os abusos sexuais e tortura no Uruguai e também faz uma breve análise do discurso de guerra nessas ações:

Para nuestro tema de análisis resulta relevante traer a primer plano que todo discurso de guerra legitima las violências que ocurren en su transcurso, también las sexuales y de género. El corpus del discurso de guerra esta orientado a fundamentar el mejor ejercicio y la justificación moral de la violencia, contrariamente al discursos civil que se articula y orienta a limitar las violências abusivas, especialmente del Estado. [...] Las racionalidades militares, con diferentes argumentaciones, tienden a subsumir todas las violências en unas explicaciones generales donde los actos y las responsabilidades de los perpetradores se desdibujan hasta el punto que resulta difícil distinguir quién es la víctima y quién es el victimario. (SANSEVIERO, 2012. p.64).

Colocando a responsabilidade nas vítimas, no acaso, no argumento de que as coisas sempre foram assim ou ainda sob o pretexto de que eles fariam o mesmo conosco, os discursos ditatoriais retiraram as responsabilidades das costas dos perpetradores. Sanseviero (2012) aponta que o Caráter androcêntrico dos discursos

de guerra e o não reconhecimento da dimensão de gênero na tortura faz com que as violências sexuais adquiram caráter residual e são encapsuladas no âmbito dos excessos indesejáveis, porém inevitáveis (SANSEVIERO, 2012. p.64). A lógica de guerra, do saque e do butim, também carrega a lógica da violência sexual. Segundo Contreiras (2015), que trabalha com a violência sexual no âmbito do Terrorismo de Estado, a violência sexual em situações de conflito bélico é vista como arma de guerra eficaz e parte do butim de guerra e, além disso, essa lógica transforma o corpo das mulheres estupradas em campo de batalha onde se visa atingir seus companheiros homens. (CONTREIRAS, 2015, p. 30 e 31-32).

Nahoum-Grappe (2004), analisando os estupros em série como arma de guerra na ex-Iugoslávia, explicita alguns mecanismos da limpeza étnica dos conflitos entre 1991 e 1995. A autora faz algumas observações acerca das masculinidades envolvidas em conflitos bélicos, dentre elas destaca-se:

Há afinidades semiológicas entre a cultura de guerra e a da honra viril, entre a definição do feminino circunscrito à sexualidade e a pertença das mulheres aos homens da família, entre o investimento político da sexualidade feminina e a vingança, implacável mercado viril no qual a briga é olho por olho e, eventualmente, estupro por estupro. [...] Nesta cultura da virilidade agressiva, o estupro fere a honra e destrói o bem dos homens aos quais a vítima pertence pelo 'sangue' ou pela aliança, ferida masculina que uma vingança poderá reparar, enquanto que a mulher violada fica irremediavelmente desonrada na sua identidade de gênero. (NAHOUM-GRAPPE, 2004, p. 20).

Neste contexto, a ideia de pertença das mulheres aos homens e do estupro como forma de ferir a honra de outros homens reforça o pensamento que trata as mulheres como objetos, propriedades de algum homem, negando-lhes, praticamente, uma individualidade e capacidade de ação. Outra reflexão trazida pela autora diz respeito da posse sexual das mulheres dos vencidos:

Como se as mulheres do inimigo vencido pertencessem ao novo vencedor, de fato e quase como de direito; ora, a propriedade, no que diz respeito a uma mulher, é implicitamente vista como sexual. A dessimetria antropológica entre o masculino e o feminino funda a evidência "natural" deste estereótipo: o ato sexual é uma "posse" do feminino pelo

masculino, e não o contrário. O vencedor diz “é meu” quando finca a bandeira na cidade conquistada e viola suas mulheres, duas ações homólogas neste sentido. (Ibidem, p. 22)

O estupro é utilizado como arma de guerra para ferir os homens inimigos através das suas mulheres. A posse das mulheres se dá, obviamente, do ponto de vista sexual. Nahoum-Grappe (2004) trabalha com um conflito específico, mas que tem características semelhantes a muitos outros, onde os genocídios motivados por disputas étnicas trazem à tona uma ampla gama de violências e crueldades, sendo flagrante o desrespeito aos Direitos Humanos, onde as mulheres acabam sendo vítimas frequentes, quase que preferenciais, mesmo que o discurso oficial não o reconheça. Ora, dentro de um conflito bélico, busca-se ferir o exército inimigo, incapacitando-o, ou seja, destruir os homens inimigos. Porém, nos contextos de ditaduras de SN, não apenas não havia conflito bélico, como também os militares e policiais enfrentaram mulheres que se opunham aos governos ditatoriais, fazendo parte do suposto exército inimigo. Como o pensamento militar lidou com isso? Alguns apontamentos são necessários antes de responder essa questão.

Jelin (2002) no livro *Los Trabajos de la Memoria*, detém-se num capítulo à dimensão de gênero da repressão. Para a autora, o poder militar é masculino e a masculinidade dos torturadores era mobilizada no processo de tortura

El poder masculino militar en la esfera pública, con sus rituales y prácticas de representación repetitivas en uniformes, desfiles, exhibición de armas, etc., se acompañaba por performances materializadas en cuerpos y prácticas concretas en los espacios específicos de la represión y especialmente en los lugares de tortura. En efecto, allí na masculinidad de los torturadores se afirmaba en su poder absoluto para producir dolor y sufrimiento. (JELIN, 2002, pp. 101-102)

Não apenas para causar dor e sofrimento, mas para afirmar sua superioridade frente às masculinidades dos militantes presos, dentro da já mencionada competição entre masculinidades dentro de uma lógica de recursos escassos, infligir torturas, por vezes com caráter sexual, nos militantes de esquerda, era afirmar a superioridade dos militares e policiais, bem como da sua ideologia. No caso das mulheres, a tortura, principalmente a sexual, carrega uma dimensão punitiva para as militantes

por terem transgredido a ordem de gênero, decidindo se “meter em política”, bem como por ter enfrentado o regime estabelecido, uma dupla punição por uma dupla transgressão (GRACIA, 2014). Sobre essa questão, Jelin aponta que

La represión fue ejecutada por una institución masculina y patriarcal: las fuerzas armadas y las policías. Estas instituciones se imaginaron a sí mismas con la misión de restaurar el orden “natural” (de género). En sus visiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad – como guardianas del orden social, cuidando a maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y la tranquilidad familiar –. Eran ellas que tenían la culpa de las transgresiones de sus hijos; también de subvertir el orden jerárquico “natural” entre hombres y mujeres. Los militares apoyaron e impusieron un discurso y una ideología basadas en valores “familísticos”. La familia patriarcal fue más que la metáfora central de los regímenes dictatoriales; también fue literal. (JELIN, 2002, pp. 106-107)

Já que o discurso militar coloca as mulheres militantes como transgressoras de certos valores familiares, recusando-se a aceitar seus papéis sociais estabelecidos pela ordem de gênero, torna-se possível fazer uma comparação entre a violência dos militares e policiais e dos maridos violentos dentro dos lares: ambas violências são disciplinares. Machado (2004), analisa os discursos de estupradores, maridos agressores e jovens violentos, buscando problematizar as masculinidades envolvidas nos comportamentos desses homens. Especificamente sobre a questão dos maridos agressores, a autora afirma que

Ouidos os agressores em relações conjugais violentas, é no contrato conjugal que buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados com os filhos, ou do fato de serem casadas ou “amigadas”. A violência é sempre disciplinar. [...] Os atos de violência parecem não interpelar os sujeitos agressores sobre por que, afinal, agrediram fisicamente, e se têm alguma culpa. São vividos como decisões em nome de um poder e de uma ‘lei’ que encarnam. (MACHADO, 2004, p. 47)

A comparação é cabível: os torturadores, assim como os maridos agressores, assumem uma posição ocupada pelos homens na ordem de gêneros, de onde eles

encarnam uma lei não escrita que os dá poder de fazer tudo o que for necessário para restaurar a ordem que fora ameaçada pelas atitudes insubmissas das mulheres em questão. A violência física é um destes mecanismos, da mesma forma que a violência sexual. No caso dos militares e policiais nas ditaduras latino-americanas, eles de fato encarnavam a lei institucional de seus países, mesmo que fossem leis de exceção e sua atuação se desse na clandestinidade, o que provavelmente arrogava ainda mais autoridade no pensamento dos agentes. Sobre a questão do estupro, Machado (2004) aponta que

O ato do estupro parece sintetizar a confusão entre a ideia de masculino como parecendo advir do único corpo sexuado que se apodera do corpo do outro, parecendo ter o falo, isto é, a potência e a força, e a ideia de masculino como parecendo ser a lei, já que neste ato sexual suprime-se a mulher três vezes: enquanto corpo sexuado que pode se apoderar do corpo do outro, enquanto sujeito desejante e enquanto sujeito social que participa na confecção da lei. (MACHADO, 2004, p. 46)

Neste sentido, o ato do estupro pode ser entendido como um ato de supressão do feminino em favor da dominação masculina, uma anulação da mulher como indivíduo mediante a afirmação de uma ideia de superioridade do homem. Mas não de qualquer homem, pois um confronto simbólico de masculinidades, se dando entre as masculinidades militares e policiais e a dos militantes de esquerda se fazia presente. Este enfrentamento se dava em grande parte na tortura, onde os torturadores tentavam reduzir o torturado em sua masculinidade e afirmar a sua superioridade como homem. Segundo Elizabeth Jelin

Para los hombres, la tortura y la prisión implicaban un acto de “feminización”, en el sentido de transformarlos en seres pasivos, impotentes y dependientes. La violencia sexual era parte de la tortura, así como una constante referencia a la genitalidad – la marca de la circuncisión entre víctimas judías como factor agravante de la tortura, las referencias al tamaño del pene para todos, la picana en los testículos, etc. -. Era una manera de convertir a los hombres en seres inferiores y, en ese acto, establecer la “virilidad” militar. (JELIN, 2002, p. 103)

Justamente por isso, o ato de resistir à tortura e não “abrir” era visto como uma afronta aos torturadores, muitas vezes fazendo-os perder o controle, pois mesmo completamente subjugado e indefeso, o militante que resistia se mostrava mais forte dentro da lógica da tortura. Pode-se dizer que a masculinidade do torturador também era posta em xeque. E quando uma mulher se recusava a falar? A resistência das mulheres era ainda mais humilhante para os torturadores. Prova disso está em Manfredini (1989) ao narrar sobre a resistência das cinco mineiras e o desatino dos militares e policiais que já não sabiam mais o que fazer com mulheres tão fortes e determinadas (MANFREDINI, 1989).

Retomando a questão acerca das mulheres militantes terem assumido características tidas como masculinas durante a luta contra as ditaduras pode-se concluir a partir de Scott (1995), que considera o gênero como forma de significar poder e, com Almeida (1996), para quem as masculinidades e as feminilidades são como metáforas de poder, características disponíveis para homens e mulheres, podemos visualizar o quanto esses atributos dados como “masculinos” ou “femininos” são construídos socialmente e também o quanto os sujeitos podem ignorar, dentro de certos limites, essas divisões arbitrárias, redefinindo-as.

A tortura de caráter sexual foi uma das ferramentas utilizadas para desestruturar psicologicamente os/as militantes, não tendo sido utilizado com finalidade puramente inquisitorial para obter informações. Esse tipo de tortura se inseriu no âmbito das ações que visavam destruir os indivíduos física e psicologicamente, humilhá-los, convencê-los da sua inferioridade e da inferioridade da sua ideologia. No caso das mulheres, a violência sexual se inseriu na lógica do butim de guerra, onde as mulheres são tomadas como despojo do vencedor, mas também como uma forma de punição por romper com a ordem de gêneros.

Sanseviero (2012) aponta que a eficácia das violências sexuais se radica em uma estrutura simbólica onde o agressor e a coletividade compartilham o imaginário de gênero, falam na mesma língua, se compreendem. Portanto, as violências sexuais contra as prisioneiras políticas adquirem os significados específicos das sociedades militaristas:

“para esa cultura, la apropiación de los cuerpos de las mujeres por parte de los represores/vencedores vendría a representar una pérdida de bienes simbólicos de mayor relevancia política que el acto de violencia contra la

persona mediante el cual se produce la apropiación". (SANSEVIERO, 2012. p.65)

Logo, tomar sexualmente e engravidar as mulheres dos outros é deixar estabelecido para sempre quem é vencedor e quem é vencido.

Considerações Finais

Apresentou-se o debate teórico sobre gênero, especificamente sobre as masculinidades militares e policiais em contexto de TDE implantado nas ditaduras de SN no Cone Sul. A partir da discussão sobre a construção das identidades de gênero, evidenciou-se como o discurso militar embasa as violências cometidas pelo aparato repressivo através de uma retórica de guerra, justificando os abusos cometidos como se fossem fatalidades dificilmente evitáveis, disfarçando a política deliberada do sequestro, da tortura, da morte e do desaparecimento daqueles que eram considerados inimigos do sistema.

Demonstrou-se a proximidade entre militarismo e masculinidade nas sociedades ocidentais, bem como os principais efeitos desta proximidade destaque para como as Forças Armadas atuam como catalisadoras da masculinidade hegemônica difundindo a noção de virilidade voltada para a violência. A compreensão dessa proximidade ajuda a entender, em parte, o alto grau de violência física, sexual, simbólica e verbal contra as mulheres, mas também contra os homens que não se encaixam na norma política tanto quanto na da masculinidade hegemônica, entendendo que o padrão é inalcançável, o que gera uma eterna busca para se aproximar do mesmo. Norma que é criada, mantida e reproduzida, através de violentos mecanismos de repressão dos comportamentos desviantes.

Em síntese, para manter a ordem política criou-se uma situação de conflito bélico onde não havia. Dentro desse imaginado conflito, adotou-se a lógica do butim de guerra onde a violência sexual contra as mulheres foi uma das estratégias mais importantes no trabalho de restauração da ordem de gêneros. A militância e a resistência das mulheres afronta duplamente o sistema, na dimensão política organizacional e na hierarquia de gênero. Para combater esta dupla subversão das

mulheres os militares e policiais tiveram que adaptar suas ações: utilizaram da tortura para afirmar suas masculinidades, mas também para tentar restaurar a ordem de gêneros quebrada pela ação das militantes.

Dados do autor: Emerson Flores Gracia. Graduado em História pela UFRGS, atualmente cursando mestrado em História pela mesma instituição. emersonfgracia@gmail.com.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, masculinidade e poder*. Revendo um caso do Sul de Portugal. Anuário Antropológico, 95: 161-190. 1996.

AVELAR, Idelber. *Revisões da masculinidade sob ditadura*: Gabeira, Caio e Noll. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, p. 49-68, jan/jun, 2014.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do masculino e do feminino. In: STREY, M.; CABEDA, S.; PREHN, D. (Orgs.) *Gênero e cultura*: questões contemporâneas. EDIPUCRS, 2004.

CONNELL; R. W.; MESSERSCHMIDT; James W. *Hegemonic Masculinity*: Rethinking the Concept *Gender & Society* Vol. 19, No. 6, 829-859, 2005.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. *Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2015.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino*: Quince años después, una mirada crítica. Eudeba, 1999.

GOFFMAN, Erwin. *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, 9ª Ed. 2015 (1ª Ed 1974).

GRACIA, Emerson Flores. *Tortura e violência sexual contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. 2014.

HUGGINS, M.; FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Editora Universidade de Brasília, 2006.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A. 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de minas: uma história dos anos 60*. Editora AlfaOmega, São Paulo, 1989.

MENDES, Juliana Cavilha. *Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. *O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar*. Revista Vivência nº 35, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. *América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado*. Revista História e Luta de Classes, Ano 3, nº 4, 2007. pp. 43-49, 2012.

SANSEVIERO, Rafael. Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silêncios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue um sistema de gobierno. In: BAICA, Soledad G.; FERNÁNDEZ, Mariana R. (Comps.) *Las Laurencias: violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2012.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, Vol 20, nº 2, jul/dez. 1995, pp.71-99.

SILVA, Cristina R. *Masculinidades e feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher*. 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/cristina_rodrigues_da_silva_13-08-07.pdf.

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional : o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva das relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.